

Leilão de novas usinas pode ter só sete projetos

Oferta menor deve elevar custo futuro da energia

Daniel Rittner
De Brasília

Aumentaram, nas últimas semanas, os riscos de fracasso do leilão de energia nova que o governo programa para meados de dezembro, considerado o maior teste para o modelo do setor elétrico implementado no ano passado. Na avaliação pessimista, a demora em obter licenças ambientais para a licitação de 17 usinas hidrelétricas eleva as chances de o país voltar às escuras em 2009 ou 2010. Na visão mais otimista, não faltará energia, mas a oferta reduzida no leilão cobrirá por pouco a demanda e pressionará para cima os preços negociados no pregão.

Em caráter reservado, integrantes do governo reconhecem o aumento das preocupações e correm contra o relógio: precisam conseguir até a primeira ou segunda semana de outubro as licenças ambientais desses 17 empreendimentos. Se até lá elas não forem obtidas, o edital será lançado sem a presença dessas usinas no leilão, previsto para 15 de dezembro. O quadro é inquietante.

Das 17 hidrelétricas planejadas, que totalizam 2.778 megawatts (MW), só uma obteve licença ambiental prévia até agora: a usina Baguari, no rio Doce (MG), com potência de 140 MW. Essa licença foi dada há quase um ano e desde então pouco se evoluiu. O Ministério de Minas e Energia passou os oito primeiros meses de 2005 garantindo que um novo lote de autorizações ambientais sairia até setembro, o que viabilizaria o sucesso do leilão de energia nova.

A realidade, entretanto, é bem diferente. Na semana passada, o Valor falou com técnicos do Ibama e dos órgãos estaduais de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento de cada usina. A partir dessa consulta, classificou as 17 hidrelétricas em cinco categorias: aquelas com a entrada no leilão já liberada - caso apenas de Baguari -, aquelas com participação provável, indefinida, improvável e totalmente descartada.

Em resumo: as usinas com liberação provável somam 730 MW, abaixo das expectativas mais conservadoras feitas pelo governo. Em fevereiro, o então secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, previa a licitação de empreendimentos que totalizariam entre 2 mil e 2,2 mil MW.

De acordo com o levantamento feito pelo Valor, o governo poderá ficar contente se leiloar metade disso. Pelo menos quatro hidrelétricas já foram descartada: Baixo Iguaçu (no Paraná, com geração de 350 MW), Mirador (Goiás, 80 MW), Paulistas (entre Goiás e Minas, 52,5 MW) e Telêmaco Borba (Paraná, 120 MW). Juntos, esses empreendimentos totalizam pouco mais de 600 megawatts.

Outras três usinas dificilmente serão incluídas no leilão, por falta de tempo para a análise do estudo ou por inviabilidade ambiental do projeto. Encaixam-se nessa categoria três hidrelétricas, mas elas somam 915,5 megawatts. Elas foram classificadas dessa forma pelos próprios técnicos responsáveis pelo licenciamento ambiental.

Outra usina, a de Dardanelos (Mato Grosso, 261 MW), está em situação indefinida: a Secretaria Estadual de Meio Ambiente vê condições de licenciá-la, mas há fortes restrições por parte de organizações não-governamentais e do Ministério Público, com possibilidades concretas de vetar a autorização. A reportagem não obteve retorno da Secretaria de Meio Ambiente do Rio, mas foi informada pelo ministério de que as duas licenças de sua responsabilidade estão em audiência pública e não há garantias de inclusão no leilão.

"O risco de apagão fica cada vez mais anunciado", adverte o professor Adriano Pires, ex-superintendente da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e especialista do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. Ele teme o desabastecimento de energia a partir de 2009 e diz que só a falta de

crescimento econômico ou uma grande quantidade de chuvas nos próximos anos altera essa situação. "A oferta de energia no leilão vai ser muito baixa."

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, é mais otimista. Descarta a possibilidade de racionamento e afirma estar convicto de que o mercado será atendido até 2010. Mas reconhece que o atraso na obtenção de licenças ambientais reduzirá a oferta no leilão e tornará o equilíbrio com a demanda bem mais apertado. "É claro que todos nós torcemos pelo êxito do leilão, mas é inescapável perceber isso", diz Kelman.

Para o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Sales (CBIEE), a falta de licenciamento a poucas semanas do lançamento do edital do leilão "comprova que houve um otimismo exacerbado" do governo quanto à superação dos problemas ambientais. O edital deverá ser fechado na segunda semana de outubro, após consulta pública.

No modelo anterior do setor elétrico, a obtenção de licença ambiental era uma atribuição dos empresários que levavam a concessão das usinas. Pelas novas regras, o governo precisa conseguir o licenciamento prévio - aquele que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento - antes de licitar as hidrelétricas.

Há uma escolha por preços mais altos, avalia Kelman

Preocupado com o atraso na concessão de licenças ambientais para os empreendimentos planejados pelo governo, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, desabafa: "Esse processo é muito tortuoso." Responsável pela montagem do leilão, de acordo com regras definidas pelo Ministério de Minas e Energia, Kelman faz questão de dizer que respeita a decisão tomada pelos órgãos ambientais, mas enfatiza que a escolha da sociedade terá repercussões, e ele cita três.

"A não-materialização das usinas hidrelétricas é uma opção da sociedade por preços mais altos de energia, maior risco de desabastecimento e mais poluição no futuro", afirma o diretor da Aneel, em referência às centrais termelétricas - mais caras e sujas - que provavelmente serão construídas para suprir a demanda futura. Ele ressalta que não há "impacto ambiental zero": para o país crescer, é preciso mais energia - se não forem hidrelétricas, com o enchimento de grandes áreas e suprimimento de vegetação, serão térmicas que poluem o ar.

Kelman garante que não há risco de racionamento em 2009 ou 2010. A falta de usinas para licitar em dezembro deverá ser compensada pela oferta das usinas "botox" - empreendimentos em construção, mas com energia descontratada - e pela entrada no leilão de 1,5 mil megawatts de biomassa gerada a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Mesmo assim, ele reconhece que a menor oferta, pelo atraso nas licenças, torna o cenário mais propício para preços maiores durante as negociações do pregão.

O diretor da Aneel, PhD em Hidrologia e Recursos Hídricos, acha que o atual momento requer uma discussão aprofundada, com o objetivo de desobstruir quatro gargalos: a defesa do meio ambiente, feita pelo Ministério Público, sem consideração dos "trade-offs" gerados pela construção de hidrelétricas; o ritual excessivamente longo do processo de licenciamento; o desaparecimento dos órgãos ambientais; e o temor dos técnicos e dirigentes das entidades responsáveis pelos licenciamentos.

Em relação a esse último ponto, Kelman observa que são necessárias mudanças na Lei de Crimes Ambientais. Hoje, a legislação é "ameaçadora" porque faz com que técnicos "de boa técnica e boa fé" evitem assinar pareceres: eles podem ser pessoalmente responsabilizados, perante a Justiça, em caso de acidentes ambientais dos empreendimentos que licenciaram, informa Kelman.

RITTNER, D. **Leilão de novas usinas pode ter só sete projetos.** Jornal Valor Econômico, Especial, Infra-estrutura, A14, 12/09/2005.